

e os sistemas de decisão ou entre a ciência e os cidadãos.

O capítulo redigido por Jorge Correia Jesuíno e Cármen Diego retoma o material coligido em estudos anteriores dos mesmos autores (entrevistas a cientistas de disciplinas exactas e naturais) para o reinterpretar à luz de um «modelo meta-teórico que permita orientar e sistematizar a análise dos processos de comunicação que veiculam práticas e saberes científicos» (p. 241). É mobilizado o modelo Grade-Grupo de Mary Douglas para construir uma tipologia de quatro estratégias de divulgação científica: a difusão, a propaganda, a propagação e a contra-propaganda.

Por último, o artigo de Patrícia Ávila e Paula Castro tece uma análise crítica do próprio inquérito à cultura científica. Beneficiando da experiência directa de uma das autoras na análise dos resultados dos inquéritos realizados em Portugal em 1996 e 2000⁴, são identificadas as principais fragilidades deste tipo de instrumentos de avaliação da cultura científica: sustentado numa concepção de literacia científica «como um somatório de conhecimentos factuais» (p. 302) e de ciência como «portadora de verdades absolutas, inquestionáveis, definitivas» (p. 305) e como um todo indiferenciado, impõe «afirmações que devem ser respondidas em termos de verdadeiro/falso, quando

em muitos casos a própria ciência não tem respostas definitivas para os temas propostos, por serem complexos e controversos» (p. 307). É proposto, não o abandono definitivo desta metodologia, mas sim a introdução de alterações, sugerindo-se a inclusão de questões centradas nas atitudes perante a ciência e a tecnologia e a incorporação de novas temáticas, como as controvérsias científicas e os novos entendimentos da relação do público com a ciência (as dimensões da participação cívica e da ignorância activa).

Globalmente, esta edição, assim como o projecto de investigação que lhe subjaz, pode pecar por alguma dispersão e assistematicidade, causadas possivelmente por uma certa subordinação aos interesses de investigação particulares e ao trabalho anterior das diferentes equipas de investigação⁵. É, no entanto, exemplar da riqueza metodológica das ciências sociais e do seu valioso contributo para conhecer a pluralidade de ciências, públicos e contextos (e da complexidade de relações entre eles) que estão contidos na expressão «compreensão pública da ciência» e que devem ser tomados em conta nas análises e avaliações da «cultura científica».

ANA DELICADO

⁴ V. Freitas e Ávila, *op cit.*, e Patrícia Ávila, Ana Paula Gravito e Jorge Vala (1999), «Cultura científica e crenças sobre a ciência», in M. E. Gonçalves (org.), *Cultura Científica e Participação Pública*, Oeiras, Celta.

⁵ V. colectâneas como M. E. Gonçalves (org.) (1999), *Cultura Científica e Participação Pública*, Oeiras, Celta, ou M. E. Gonçalves e J. A. Nunes (2001), *Enteados de Galileu? A Semiperiferia no Sistema Mundial de Ciência*, Porto, Afrontamento, assim como artigos em publicações periódicas e actas de conferências.

Pedro Lains, Os Progressos do Atraso. Uma Nova História Económica de Portugal, 1842-1992, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

O volume reúne um conjunto de sete ensaios, adaptados de outros tantos artigos, que ilustram o papel destacado do autor no domínio da história económica portuguesa nas duas últimas décadas. Na linha da chamada «revolução cliométrica», as contribuições deste autor recomendam-se pelo rigor na especificação das hipóteses testadas, pela clareza da matriz teórica e, sobretudo, pelo exaustivo trabalho de recolha empírica. O papel do autor na reconstituição das principais séries macroeconómicas para o período anterior à primeira guerra mundial é sobretudo conhecido. No entanto, não é de mais realçar o modo inteligente e inovador com que ele se serve dos dados disponíveis para sustentar a narrativa ou avaliar hipóteses alternativas. Uma outra característica notável da obra deste autor, espelhada na escolha do título para este volume, é o seu carácter revisionista face à historiografia tradicional, herdada das décadas de 60 e 70. Na verdade, todos os capítulos deste volume têm em comum a revisão de interpretações anteriores, à luz de novos dados ou de uma teoria mais coerente.

O primeiro capítulo vem rebater uma das mais estáveis ideias em torno da tese do «atraso económico» português, isto é, o processo de di-

vergência, iniciado por volta de 1870, de Portugal face ao padrão de crescimento de economias em idêntica situação de partida, mormente as escandinavas. A dimensão dessa divergência, acumulada até à segunda guerra mundial, é normalmente tomada como medida do fracasso económico da economia portuguesa. A escolha da Escandinávia para padrão de comparação não é, de resto, exclusiva da historiografia nacional e tem condicionado o debate em torno da procura das causas do atraso «latino». Contra esta tradição de interpretação, o autor sustenta a inclusão de Portugal num «clubes de convergência» muito diverso das economias do Norte da Europa. Na linha de Gerschenkron e Kuznets, o nível inicial de rendimento *per capita* é aqui tomado como medida sintética do grau inicial de atraso e, simultaneamente, das potencialidades de convergência para as economias mais avançadas. As estimativas mais recentes colocam precisamente Portugal na mesma classe de produto *per capita* das economias balcânicas (Bulgária, Grécia, Roménia e Sérvia) em 1870, enquanto os países escandinavos surgem com um nível de partida superior ao até recentemente considerado. Com base nesta evidência, o autor prefere abandonar o conceito de «atraso económico» em favor dos progressos da economia portuguesa no quadro de um «clubes» caracterizado por uma fraca potencialidade de convergência. Para esse efeito, esforça-se por identificar «importantes características estruturais

comuns» aos países deste «clube». Debalde se encontrará neste ensaio uma sustentação forte para este último argumento, para além de algumas referências esparsas a semelhanças no desenvolvimento das instituições políticas. Além disso, o que ressalta da análise é mais a disparidade de condições estruturais destas economias do que propriamente a sua semelhança. Ora, se a associação das quatro economias balcânicas parece natural, dada a sua proximidade geográfica e de percurso histórico, é nossa opinião que algo mais será necessário para sustentar a inclusão de Portugal nesse grupo de países, em vez do conjunto de economias latinas e mediterrâneas. Em particular, seguindo a lógica da «convergência condicional», interessaria averiguar das afinidades de taxas de escolarização, abundância de recursos naturais, qualidade das instituições ou outros factores habitualmente considerados em regressões de crescimento.

Com a revisão de outra tese tradicional se ocupa o segundo capítulo, desta feita a chamada tese da dependência, que teve bastante voga durante a década de 70 através das obras de autores como Sandro Sideri e Miriam Halpern Pereira. Esta perspectiva do «atraso» económico português encontra-se ancorada à interpretação das relações económicas externas de Portugal, especialmente com a Grã-Bretanha, como fonte de dependência e obstáculo a um processo auto-sustentado de desenvolvimento. No capítulo vertente, origi-

nalmente datado de 1986, o autor expende a sua bem conhecida crítica à tese dependentista, assente no facto de os principais pontos daquela teoria não se conformarem com a evidência empírica até à primeira guerra mundial. Entre eles contam-se a falta de coerência entre as exportações portuguesas e o ciclo internacional, a importância secundária dos mercados externos — mesmo para o sector agrícola — e sobretudo a percepção de uma insuficiente oferta de exportações até para aproveitar as pouco dinâmicas oportunidades da procura internacional de produtos portugueses. Esta crítica é ainda emblemática por reconduzir a discussão do deficiente comportamento do sector exportador para factores do lado da oferta (mormente a reduzida dimensão do mercado interno e a fraca capacidade negocial do governo e exportadores portugueses nos mercados internacionais), em vez das habituais generalizações acerca dos estímulos da procura mundial. Na linha já avançada por Jaime Reis, o autor conclui pela inversão da argumentação dependentista, ao sustentar o contrafactual de que a única hipótese realista de aceleração do crescimento estaria num maior grau de especialização no reduzido número de mercadorias, fundamentalmente primárias, em que o país dispunha de vantagens comparadas. O abandono das teses dependentistas tem também por corolário a reinterpretção do ciclo económico, especialmente no que tange à aceleração do crescimento a partir da década de 1890.

Por sua vez, o terceiro capítulo reproduz o contributo do autor para a interpretação do proteccionismo alfandegário que atravessa quase todo o período contemporâneo. Três aspectos são de ressaltar neste enquadramento. Em primeiro lugar, a rejeição empírica do mito do livre-cambismo (já criticado a nível doutrinal por Fátima Bonifácio) entre 1852 e 1892. Em segundo, a identificação do carácter essencialmente fiscal do regime aduaneiro português, em frequente contradição com uma política pautal proteccionista. E, em terceiro lugar, o esboço de um argumento de *political economy* para explicar a perpetuação de semelhante regime através da confluência dos objectivos fiscais do governo (certeza e estabilidade da matéria colectável) com os interesses de grupos de pressão industriais ou agrícolas. Volvidos quinze anos sobre a publicação do artigo original, este último aspecto parece-nos merecer um aprofundamento, mormente aproveitando os estudos mais recentes sobre o sistema parlamentar português.

Com o quarto capítulo completa-se a discussão do período anterior a 1914, e nele o autor ensaia mais uma reapreciação de uma tese clássica, à luz da evidência empírica para Portugal. Neste capítulo é reforçada a hipótese de que as principais causas para a fraca *performance* de crescimento e industrialização pré-1913 devem ser procuradas nas limitadas possibilidades do lado da oferta, e não na dependência de uma procura internacional volátil. Mais interessante é a especulação acerca da possibili-

dade de inverter a tradicional sequência que explica uma limitada industrialização pela fraca produtividade do sector agrícola. Caso o fraco nível de industrialização esteja associado a factores «exógenos» do lado da oferta, faria mais sentido, entende o autor, procurar uma ligação do lento processo de desenvolvimento industrial para a deficiente resposta do sector agrícola. Como bem reconhece o autor, o estudo desta interpretação alternativa carece de um substancial aprofundamento do nosso conhecimento empírico. Pela nossa parte acrescentaríamos que beneficiaria também de uma melhor especificação do modelo teórico implícito, por exemplo, recorrendo à discussão de Matsuyama sobre o papel da produtividade agrícola para o desenvolvimento e industrialização¹.

Um estranho fenómeno na historiografia económica nacional é a relativa falta de interesse pelo período entre guerras. O quinto capítulo vai no sentido de colmatar essa lacuna, embora a sua explicação para as flutuações económicas do período seja ainda embrionária. Em particular, parece-nos insuficiente explicar a «relativa insensibilidade da economia portuguesa às convulsões trazidas pela depressão internacional» pelos efeitos positivos da estabilização financeira e cambial iniciada a partir de 1924. Mais convincente é a interpretação por António Telo e Vasco

¹ Kiminori Matsuyama (1992), «Agricultural productivity, comparative advantage, and economic growth», in *Journal of Economic Theory*, 58, pp. 317-334.

Carvalho de um ciclo de expansão inflacionária, seguido de um abrandamento, após a estabilização cambial.

O processo de industrialização após a segunda guerra mundial, em particular do ponto de vista do papel do Estado, constitui o tópico do sexto capítulo. Também este artigo traz a imagem de marca do autor, isto é, a procura de perspectivas inexploradas na literatura e o rigor da fundamentação empírica. Ao leitor aproveitará mais este capítulo se lido em conjunto com os recentes ensaios de desagregação da contabilidade do crescimento por Luciano Amaral e César das Neves.

O volume encerra com uma peça polémica sobre um tópico de difícil avaliação — as vantagens económicas do imperialismo africano. O artigo discorda parcialmente da interpretação tradicional que vê no colonialismo português após a perda do Brasil mais um projecto político do que uma estratégia económica coerente. Com efeito, as estatísticas do comércio com as colónias sugerem a sua importância na captação de divisas externas, especialmente entre as décadas de 1890 e 1960. Qual a importância desta fonte de divisas para o processo de crescimento da metrópole, ou em que medida compensou as possíveis distorções da estrutura económica provocadas pelo regime de preferência colonial, são questões a que este artigo não dá uma resposta suficiente.

Para concluir, resta notar que este volume vale mais do que pela soma dos ensaios que contém. As próprias lacunas e imperfeições da análise são interessantes em si por

suscitarem novas linhas de investigação, mas, mais do que isso, há ainda uma outra característica marcante que perpassa por todo o volume, e que é a sua *ambição*. Esta é sobretudo patente no ensaio introdutório, em que o autor procura perspectivar «o futuro da história económica em Portugal». Uma das ideias-força desse futuro desejado é a integração de Portugal na história económica europeia não apenas para interpretar o caso português segundo os modelos desenvolvidos para outras economias, mas para «tornar a investigação sobre Portugal relevante para o estudo de outros países ou, em termos mais gerais, para a compreensão do desenvolvimento económico internacional». A obra do autor, a começar pelos capítulos compilados neste volume, é um exemplo desta estratégia, que não pouco tem contribuído para a popularização do caso português nos debates históricos gerais. É, pois, de desejar que o seu exemplo tome raízes entre a comunidade de historiadores económicos.

RUI PEDRO ESTEVES

Michael Walzer, A Guerra em Debate, Lisboa, Cotovia, 2004, 221 páginas.

Em 1949, o historiador norte-americano Arthur Schlesinger Jr.